



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA DÉCIMA SEGUNDA (12ª) SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Sr. Vereador Benedito José do Couto;
Secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares.

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano dois mil e quatorze realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador Benedito José do Couto; Secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, a Décima Segunda (12ª) Sessão Ordinária do Segundo (2º) Ano da Décima Sexta (16ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da Relação da Matéria, datada de 25 de abril de 2014. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e constatando-se haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106 da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Ary Augusto Reis de Macedo (01), Benedito José do Couto (02), Cinoê Duzo (03), Daniel Gasparini dos Santos (04), Daniela Dalben Mota (05), Dayane Amaro Costa (06), João Antonio Pires Gonçalves (07), Jorge Setoguchi (08), Laércio Rocha Pires (09), Leonardo David Zaniboni (10), Luís Roberto Tavares (11), Luiz Antônio Guarnieri (12), Luzia Cristina Côrtes Nogueira (13), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (14), Maria Helena Scudeler de Barros (15), Osvaldo Aparecido Quaglio (16) e Waldemar Marcurio Filho (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas à Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente Ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo Único do Artigo 106 da citada Resolução, convidou



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

o Vereador Luís Roberto Tavares para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, dando por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", o Sr. Presidente submeteu à apreciação do Plenário a Ata da Décima (10ª) Sessão Ordinária, realizada em 14 de abril de 2014, a qual, depois de achada conforme e aprovada, foi devidamente assinada pelos Vereadores Benedito José do Couto e Luís Roberto Tavares, respectivamente, o Presidente e o 1º Secretário. Posto isto, o Presidente da Câmara, Vereador Benedito José do Couto, submeteu, em preferência de votação, Artigo 167, § 1º, do Regimento Interno, o Requerimento nº 253/2014, da Vereadora Luzia C. C. Nogueira, solicitando, “seja oficiada a Mesa, para licença da Vereadora Luzia C. C. Nogueira, conforme Artigo 81, II, “b”, do Regimento Interno, pelo período de sessenta (60) dias, a contar de 29 de abril de 2014”; (posto a votos, Turno Único, a Casa rejeitou, por nove (09) votos contrários a oito (08) votos favoráveis, o Requerimento de Licença nº 253/2014, da Vereadora Luzia C. C. Nogueira); (o Presidente da Câmara exerceu direito de voto, conforme reza o Artigo 20, III, do Regimento Interno); (arquive-se). Na sequência, dando por efetivamente iniciado o “Expediente”, o Sr. Presidente deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 31, de 2014, de autoria do Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 19/2014, datada de 15/04/2014, objeto do Ofício nº 19/2014, de igual data, “dispondo sobre denominação do Pronto Atendimento Integrado – PAI na zona leste do Município de Mogi Mirim, de PAI Dr. Décio Mariotoni”; (ao exame das Comissões Permanentes); 2. Projeto de Lei nº 32, de 2014, de autoria do Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 20/2014, datada de 16/04/2014, objeto do Ofício nº 20/2014, de igual data, “acrescentando dispositivos à Lei Municipal nº 5.322, de 21 de setembro de 2012, que dispõe sobre a criação da Corregedoria da Guarda Civil Municipal de Mogi Mirim e



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes, conforme reza o Artigo 49, § 1º, do Regimento Interno vigente); 3. Projeto de Lei nº 33, de 2014, de autoria do Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 21/2014, datada de 17/04/2014, objeto do Ofício nº 21/2014, de igual data, “autorizando o Município de Mogi Mirim, pelo Poder Executivo, a celebrar convênio com a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim, para o fim que especifica, e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes, conforme reza o Artigo 49, § 1º, do Regimento Interno vigente); 4. Projeto de Lei nº 34, de 2014, de autoria do Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 22/2014, datada de 17/04/2014, objeto do Ofício nº 22/2014, de igual data, “autorizando o Município de Mogi Mirim, pelo Poder Executivo, a celebrar convênio e/ou contrato de gestão de Termo de Parceria, com a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim, para o fim que especifica e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes, conforme reza o Artigo 49, § 1º, do Regimento Interno vigente); 5. Projeto de Lei nº 35, de 2014, de autoria do Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 23/2014, datada de 17/04/2014, objeto do Ofício nº 23/2014, de igual data, “autorizando o Município de Mogi Mirim, pelo Poder Executivo, a celebrar convênio com a Associação dos Portadores de Deficiência de Mogi Mirim, objetivando a integração da entidade na Rede de Assistência do Sistema Único de Saúde – SUS”; (ao exame das Comissões Permanentes, conforme reza o Artigo 49, § 1º, do Regimento Interno vigente); 6. Projeto de Lei nº 36, de 2014, de autoria do Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 24/2014, datada de 17/04/2014, objeto do Ofício nº 24/2014, de igual data, “autorizando o Município de Mogi Mirim, pelo Poder Executivo, a celebrar convênio com Associação dos



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Portadores de Deficiência de Mogi Mirim, objetivando a transferência de recursos, a título de subvenção social, para desenvolver ações complementares e de qualidade na assistência aos usuários do SUS”; (ao exame das Comissões Permanentes, conforme reza o Artigo 49, § 1º, do Regimento Interno vigente); 7. Projeto de Lei nº 37, de 2014, de autoria do Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 25/2014, datada de 25/04/2014, objeto do Ofício nº 25/2014, de igual data, “alterando dispositivo da Lei Municipal nº 4.750, de 16 de abril de 2009, que estabeleceu benefícios fiscais aos empreendimentos industriais e habitacionais”; (ao exame das Comissões Permanentes); 8. Projeto de Lei nº 38, de 2014, de autoria do Vereador Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, “instituinto o Dia Municipal da Cultura e da Paz, no Município de Mogi Mirim”; (ao exame das Comissões Permanentes); 9. Projeto de Lei nº 39, de 2014, de autoria do Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 26/2014, datada de 24/04/2014, objeto do Ofício nº 26/2014, de igual data, “estabelecendo as diretrizes a serem observadas na elaboração da Lei Orçamentária do Município de Mogi Mirim, para o exercício de 2015, e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 10. Projeto de Lei nº 40, de 2014, de autoria do Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 27/2014, datada de 25/04/2014, objeto do Ofício nº 27/2014, de igual data, “dispondo sobre alteração e revogação de dispositivos da Lei Municipal nº 5.502, de 2013, que criou o Conselho Municipal do Bem-Estar Animal”; (ao exame das Comissões Permanentes); 11. Projeto de Lei nº 41, de 2014, de autoria do Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 28/2014, datada de 25/04/2014, objeto do Ofício nº 28/2014, de igual data, “dispondo sobre a criação do programa Bem-Estar Animal, no âmbito do Município de Mogi Mirim, estabelecendo normas de proteção animal e dando outras providências”; (ao exame



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

das Comissões Permanentes); 12. Projeto de Lei Complementar nº 02, de 2014, do Sr. Vereador Leonardo David Zaniboni, “dando nova redação ao inciso II, do Artigo 2º, da Lei Complementar nº 217, de 20 de novembro de 2008, que dispôs sobre desdobros e fracionamentos de imóveis com edificação”; (ao exame das Comissões Permanentes); 13. Balancete Mensal da Receita e Despesa da Câmara Municipal de Mogi Mirim, “referente ao mês de fevereiro de 2014”; (ao exame da Comissão de Finanças e Orçamento). Ainda com os Ofícios nºs. 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27 e 28/2014 o Senhor Prefeito Luís Gustavo Stupp solicitou fossem os Projetos de Lei nºs. 32, 33, 34, 35, 36, 37, 40 e 41/2014 apreciados em Regime de Urgência Especial, conforme previsto no Artigo 54, da Lei Orgânica – LOM de Mogi Mirim. Ato contínuo, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): nºs. 243, 244, 245, de 2014, da Vereadora Luzia Cristina Côrtez Nogueira, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, requerendo-lhe cópia do processo administrativo Empenho nº 09111, em nome de Teló Shows Ltda., no valor de R\$ 240.000,00, liquidado e pago no dia 18/10/2013”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, requerendo-lhe cópia da CI nº 045/2013 e do processo nº 5100/2013, que resultaram na Dispensa de Licitação e Empenho de nº 01883/2013”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, requerendo-lhe cópia de vários empenhos, de outubro de 2013 até 26 de dezembro de 2014”; nº 234, de 2014, do Sr. Vereador Jorge Setoguchi, solicitando, “seja oficiada a direção da concessionária Renovias S/A, requerendo-lhe a redução do limite de velocidade na Rodovia SP-340”; nº 235, de 2014, da Senhorita Vereadora Dayane Amaro Costa, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, requerendo-lhe informações acerca da quantidade de adesões à tarifa social de transporte público e o mapeamento do mesmo, por bairro, sexo e idade”; nº 237, de 2014, do Sr. Vereador Leonardo David Zaniboni, solicitando, “seja oficiado o diretor



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

superintendente da Intervias, Sr. Dalton Guerra Lage, requerendo-lhe informação sobre a premente possibilidade de colocação de placas de sinalização, na Rodovia SP 147, indicando o acesso aos Condomínios Santa Úrsula e Santa Mônica”; nºs 238, 247, 250, de 2014, do Sr. Vereador Laércio Rocha Pires, solicitando, respectivamente, “seja oficiada a direção da empresa Cidade Brasil Ltda., para que informe sobre a possibilidade de inclusão do Bairro Domênico Bianchi, no calendário anual de coleta de galhos e entulhos para 2014”, “seja oficiada a direção da empresa Santa Cruz Transporte e a Gerência de Trânsito e Transporte, para implantação de um ponto de ônibus, com cobertura, na Rua Santos Dumont, altura do nº 560/570, Bairro Aterrado” e “seja oficiada a Fundação Getúlio Vargas – FGV, bem como ao Prefeito Municipal, para que efetive o congelamento dos benefícios – biênios e quinquênios – dos funcionários públicos municipais”; nº 249, de 2014, do Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo A. Stupp, para que informe sobre possíveis multas, aplicadas por agentes de trânsito, na Avenida Prefeito Luiz Franklin Silva, e se constatadas, que informe ainda, número de carros multados, relatório de aplicação da placa de proibido estacionar, com hora e local de instalação, bem como o informativo feito aos motoristas acerca da mudança”; nºs 239 e 240, de 2014, do Sr. Vereador Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo A. Stupp, para que informe a respeito da instalação de radares na cidade” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo A. Stupp, reiterando Indicação nº 205/2014, que sugeriu ampliação dos horários de ônibus da Linha 9”; nº 242 e 246, de 2014, do Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo A. Stupp, reiterando-lhe o exposto na Indicação nº 603/2013, para que responda questionamento sobre a parceria com o SEBRAE, objetivando a realização de cursos de capacitação profissional” e “seja



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo A. Stupp, para que informe os nomes das pessoas que representam os seguimentos elencados na Portaria nº 372/2013, sobre a criação da Comissão Municipal de Estudos para Elaboração do Plano Municipal de Gestão de Resíduos”; nº 248, de 2014, do Sr. Vereador Daniel Gasparini dos Santos, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, para que informe quanto à possibilidade de instituir um plantão, para as crianças matriculadas nas creches municipais, em dia de ponto facultativo”; nº 251, de 2014, da Mesa da Câmara Municipal, solicitando, “com base no artigo 104, do Regimento Interno, alteração da data da sessão ordinária do dia 23 de junho de 2014, antecedendo para o dia 16 de junho, em razão do jogo da Copa do Mundo, Brasil versus Camarões”; nº 252, de 2014, do Sr. Vereador Dr. Ary Augusto dos Reis Macedo, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo A. Stupp, para que informe o levantamento do número de casos de Dengue no Município”. O Requerimento nº 233/2014, da Vereadora Luzia C. C. Nogueira, solicitando, “seja oficiado o Ministério Público de Mogi Mirim, remetendo-lhe documentação acerca de contratação irregular, efetuada pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde”, teve sua discussão requerida pelo Vereador João Antonio Pires Gonçalves, conforme o disposto nos Artigos 152, §3º; 153, IX, do Regimento Interno; (à “Ordem do Dia” da próxima sessão). Na sequência, o Sr. Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES** endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: nºs 287, 289, 301, 314, de 2014, da senhorita Vereadora Dayane Amaro Costa, sugerindo, respectivamente, “poda dos canteiros da Rua Fernando Cia, na Vila Bianchi”, “manutenção do redutor de velocidade da Rua Ariovaldo Silveira Franco, no Bairro Mirante”, “instalação de banheiros químicos, adaptados e não adaptados, de forma provisória, no Complexo Lavapés” e “distribuição de Kit Maternidade para todas as gestantes, que conceberem no serviço público de saúde”; nºs 288, 291, 292, de 2014, do Sr. Vereador Laércio Rocha Pires, sugerindo,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

respectivamente, “serviços de roçagem, limpeza e poda de árvores na área pertencente à Prefeitura Municipal, na Rua Gastão Pio de Oliveira, no Parque Real”, “serviços de roça e limpeza na área verde pertencente à Prefeitura Municipal, na Rua Vereador Dr. José Bueno Monteiro, no Parque Novacoop” e “construção de canaletas, para escoamento de água de chuva, na Rua Nossa Senhora Aparecida, cruzamento com a Rua Prefeito João Antunes de Lima, na Vila Eunice”; nºs 293 e 313, de 2014, do Sr. Vereador Leonardo David Zaniboni, sugerindo, respectivamente, “colocação de placas de sinalização na Avenida Expedito Quartieri e/ou adjacências, indicando acesso aos Condomínios Santa Úrsula e Santa Mônica” e “limpeza de terreno situado na Rua Vereador Humberto Barros Franco, no Jardim Scomparim”; nºs 294, 296, 297, 298, 299, de 2014, do Sr. Vereador Manoel Eduardo P. C. Palomino, sugerindo, respectivamente, “limpeza das guias e calçadas, bem como poda de árvores na Rua Napoleão Benatti e adjacências, no Bairro Nossa Senhora Aparecida”, “limpeza urgente das vielas no Bairro Residencial Floresta, principalmente, na Rua 07 (sete), tendo em vista a altura do mato”, “pintura de solo e placa de advertência para carga e descarga na Rua Irson da Silva, cruzamento com a Rua Romeu Albani, no Bairro Maria Beatriz”, “providências, para identificação e notificação do proprietário do terreno, localizado na Rua Professor José Lemes do Prado, na Vila Santa Elisa, em frente ao Bar do Gordo” e “estudos, para construção de banheiro feminino e rampas de acesso, na sede do Tiro de Guerra”; nº 295, de 2014, do Sr. Vereador Dr. Ary Augusto Reis de Macedo, sugerindo, “instalação de um ponto de iluminação na mina d’água, localizada na Rua Delphina Mantovani Vômero, no Bairro Santa Cruz”; nºs 300, 320, 321 e 322, de 2014, do Sr. Vereador Luiz Antonio Guarnieri, sugerindo, respectivamente, “limpeza da sarjeta, na esquina da Rua Adamo Pieri, com a Rua Hilário Bataglini”, “instalação de lixeira, em frente à EMEB Regina Tucci, na Rua Rio de Janeiro”, “corte da vegetação gramínea, existente na rotatória da Avenida Brasília, com Rua Baronesa de Cintra”, “corte da



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

vegetação gramínea, predominante na rotatória da Avenida Brasília, com Rua Dona Sara Leme da Costa”; nºs 302, 303 e 304, de 2014, do Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho, sugerindo, respectivamente, “recapeamento da camada asfáltica na Rua José da Cunha Claro, esquina com a Rua Durvalina Martins Coelho Almeida, no Parque da Imprensa”, “reparos no asfalto da Rua João Alves de Azevedo, no Jardim América” e “construção de galerias, para escoamento de águas pluviais, na Avenida Pedro Botesi”; nº 305, de 2014, da Sra. Vereadora Luzia Cristina C. Nogueira, sugerindo, “parceria com o Hospital Municipal Dr. Tabajara Ramos, de Mogi Guaçu, para exames de endoscopia digestiva e outros”; nºs 306, 307, 308, 309, 310, 311 e 312, de 2014, do Sr. Vereador Luis Roberto Tavares, sugerindo, respectivamente, “demarcação de faixa de pedestres, em frente à Igreja Pentecostal Cristo Salva, localizada na Avenida Expedito Quartieri”, “instalação de redutor de velocidade, tipo lombada, nas proximidades da Igreja Pentecostal Cristo Salva, localizada na Avenida Expedito Quartieri”, “limpeza e manutenção da calçada, na Avenida Expedito Quartieri, em frente ao loteamento Jardim Tainá”, “implementação de dispositivo de escoamento de águas pluviais na Avenida Expedito Quartieri”, “operação ‘tapa buracos’ nas ruas do Jardim do Lago”, “operação ‘tapa buracos’ nas ruas do SEHAC”, “limpeza, construção e manutenção de passeio público na Praça dos Jequitibás, no Jardim Ypê”; nºs 315 e 316, de 2014, do Sr. Vereador Daniel Gasparini dos Santos, sugerindo, respectivamente, “implantação de bolsões de estacionamento junto ao Complexo Esportivo Ocílio Róttoli, na Avenida Pedro Botesi” e “sinalização de trânsito e redutor de velocidade, tipo lombada, na Rua Joaquim de Andrade, no Jardim Paulista”; nºs 318 e 319, de 2014, do Sr. Vereador Jorge Setoguchi, sugerindo, respectivamente, “operação ‘tapa buracos’ no pavimento asfáltico da Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira” e “poda de árvore no cruzamento da Rua Padre Roque, com Avenida Coronel Venâncio F. A. Adorno”. A seguir, o Senhor Presidente submeteu à



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

apreciação e votação dos nobres Vereadores as seguintes **MOÇÕES**, endereçadas à Mesa (aprovadas pela Casa): nº 27, de 2014, da senhorita Vereadora Dayane Amaro Costa, propondo, “sejam consignados, em ata dos trabalhos, votos de congratulações e aplausos para com a equipe, que representou Mogi Mirim nos JORI – Jogos Regionais do Idoso, disputados entre os dias 4 e 6 de abril, na cidade de Mogi Guaçu”; nº 28, de 2014, do Sr.Vereador Cinoê Duzo, propondo, “sejam consignados, em ata dos trabalhos, votos de congratulações e aplausos para com o professor e preparador físico mogimiriano Fábio Guerreiro, pelo brilhante trabalho realizado na equipe do Ituano Futebol Clube, Campeão Paulista 2014”; nº 29, de 2014, da Vereadora Daniela Dalben Mota e outro, propondo, “sejam consignados, em ata dos trabalhos, votos de pesar pelo falecimento da enfermeira Cássia Raquel da Costa”; nº 30, de 2014, do Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, propondo, “sejam consignados, em ata dos trabalhos, votos de congratulações e aplausos com o grupo de dança Força G, pelo espetáculo musical Eclipse – História de Um Amor em Meio às Trevas, apresentado no dia 25 de abril de 2014, no Centro Cultural Lauro Monteiro de Carvalho e Silva”. A seguir, o Sr. Presidente colocou à disposição dos Srs. Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofícios nºs. 085, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, datados de 14, 15, 16, 22 e 25 de abril de 2014, subscritos pelo Senhor Prefeito Municipal, respectivamente, “respondendo a respeito do Requerimento nº 056/2014; Indicação nº 950/2013; Indicação nº 210/2014; Requerimento nº 048/2014; Indicação nº 145/2014; Indicação nº 149/2014; Indicação nº 164/2014; Requerimento nº 149/2014; Indicação nº 197/2014; Requerimento nº 168/2014; Indicação nº 194/2014; Requerimento nº 173/2014; Indicação nº 200/2014; Indicação nº 213/2014; Indicação nº 214/2014; Indicação nº 1074/2013; Indicação nº 195/2014; Indicação nº 198/2014; Requerimento nº 533/2013; Indicação nº 341/2014; Indicação



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

nº 997/2013; Requerimento nº 096/2014; Requerimento nº 108/2014; Requerimento nº 201/2014; Requerimento nº 136/2014; Requerimento nº 187/2014; Requerimento nº 139/2014; Requerimento nº 175/2014; Indicação nº 190/2014; Requerimento nº 143/2014; Indicação nº 209/2014; Requerimento nº 178/2014; Requerimento nº 183/2014; Requerimento nº 184/2014, todos desta Edilidade”; (arquite-se, após dar ciência aos Senhores Vereadores); Ofício s/nº, datado de 07 de abril de 2014, subscrito pela professora Silvana Carmelina Bueno de Oliveira Menna Barreto de Araújo, da Secretaria Municipal de Educação, “respondendo a respeito do Requerimento nº 45/2014, desta Edilidade”; (arquite-se, após dar ciência ao Senhor Vereador Luís Roberto Tavares); Ofícios nºs. 017178, 022721, de 2014, datados de 02 e 10 de abril de 2014, do corrente, subscritos pela presidência do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, “comunicando a liberação de recursos financeiros”; (arquite-se); Ofício nº 062/2014, datado de 01 de abril do corrente, subscrito pela Sra. Clara Alice Franco de Almeida Carvalho, Superintendente do Hospital Municipal Tabajara Ramos, de Mogi Guaçu, “respondendo ao Requerimento nº 97/2014, desta edilidade”; (arquite-se, após dar ciência à Vereadora Luzia C. C. Nogueira); Ofício nº 02/2014, datado de 21 de março de 2014, subscrito pelo Sr. Enylson Flávio Martinez Camolesi, Diretor de Relações Institucionais e Corporativas da Telefônica Brasil S/A, “informando suas obrigações, em cumprimento à Resolução nº 598/2012”; (arquite-se); Ofício nº 18/2014, datado de 31 de março do corrente, subscrito pelo Sr. Celso Giglio, Presidente da Associação Paulista de Municípios, “comunicando sua renúncia ao cargo de Presidente da Associação”; (arquite-se); Telegramas referências: nºs. 003142, 003143, 008006, 012876, de 2014, datados de 17 de abril do corrente, subscritos pela Secretaria Executiva do Fundo Nacional da Saúde do Ministério da Saúde, “comunicando a liberação de recursos financeiros”; (arquite-se); Telegrama, datado de 24 de abril de 2014, subscrito pelo Governador do Estado



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Geraldo Alckmin, “comunicando a aprovação de convênio, no valor de duzentos mil reais, para equipamentos e maquinário agrícola”; (arquive-se). Não havendo mais proposituras, ou quaisquer outros documentos, para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Sr. Presidente facultou o uso da palavra no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. Inicialmente, fez uso da palavra a Vereadora Luzia C. C. Nogueira, lamentando a rejeição de seu requerimento de licença, para trato de assuntos particulares, afirmando que a rejeição havia sido uma lástima; que cada vereador eleito só estava ocupando uma cadeira, na Câmara, em virtude do trabalho de muitos colegas de partido, que era este o real trabalho de um partido político, que executava um levantamento dos interessados e fazia um trabalho, com o objetivo de que, cada agremiação partidária, tivesse o máximo de cadeiras na Câmara, e que, o ex-vereador e ex-vice prefeito Massao Hito havia cedido espaço, no passado, e, agora, sua chegada poderia ser um sangue novo na edilidade mogimiriana, porque tinha experiência, era conhecedor dos expedientes da administração pública, era professor de história e ajudaria e muito a própria administração. “Mas, infelizmente, rejeitaram e eu não entendo e nem quero entender as razões, simplesmente uma pena”, queixou-se. Prosseguindo, versou a respeito da situação da saúde no Município e lembrou que, embora a oposição recebesse críticas dos Vereadores da situação, no tocante ao assunto, seus colegas e ela, oradora, através de suas proposituras, procuravam, desde o princípio, mostrar o que estava errado diante da lei, para dar oportunidade ao Secretário Municipal e ao Prefeito de corrigirem os equívocos. “Já representei ações na Justiça, mas também venho aqui, para dar sugestões, a fim de que o problema possa diminuir, porque a saúde está péssima, ninguém contesta isso e não é de agora”, completou e passou a falar sobre a contratação de médicos cubanos, do programa Mais Médicos, do Governo Federal, afirmando que os médicos cubanos já estavam em Serra Negra, em Itapira e



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

em Mogi Guaçu, menos em Mogi Mirim. “Os médicos realmente não gostam de Mogi Mirim, o que é uma pena, e temos que saber o porquê os profissionais não querem trabalhar nesta cidade e, desvendado o motivo e trabalhando neste sentido, quem sabe não consigamos, como no passado, dobrar o número de médicos”, sublinhou e encerrou sua participação. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Leonardo David Zaniboni. Este tratou da infestação de pombos na escola CAIC, na zona leste, informando que, para a solução definitiva do problema, era necessária a recolocação do forro de PVC do ginásio e que, uma licitação estava em andamento, para contratação de empresa especializada, esperando ele, uma solução para breve. Para concluir, tratou da questão da coloração da água da rede pública, motivo de queixa de vários munícipes, explicando, que a coloração acobreada da água ocorrera em razão de partículas de ferro e manganês, liberadas na cabeceira da represa, as quais tinham sido combatidas com a aplicação de ortopolifosfatos, uma espécie de filtro; que tal substância não era prejudicial à saúde, que o problema já fora solucionado e que, a água da cidade continuava potável. Como os próximos inscritos, Vereadores Osvaldo Aparecido Quaglio e Dayane Amaro Costa, desistissem da palavra, fez uso da mesma, ato contínuo, o nobre Edil Daniel Gasparini dos Santos, que falou acerca do seu partido político, o Partido Verde, PV. Disse que, no último final de semana, o PV tinha se declarado oposição à administração municipal, haja vista os fatos que estavam acontecendo na cidade. Esclareceu que tal decisão fora tomada em processo democrático, numa reunião entre os vereadores eleitos e os militantes do partido; que, colocados os vários pontos de vista, ele, orador, não concordara com a posição adotada, por acreditar que o período de um ano e quatro meses era muito pouco tempo, para que o Prefeito mostrasse resultados, diante de tão grandes dificuldades, e porque guardava expectativas, em relação ao governo de Gustavo Stupp, pois subira com ele, no palanque, e pedira votos em seu nome; que a sua responsabilidade, portanto, era maior,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

justamente, para fazer o governo dar certo, mas que, tinha ciência a cadeira do vereador pertencia, verdadeiramente, ao partido político, com o qual mantinha boa relação, até agora, pretendendo mantê-la, e que, expostas as razões, a partir da data, mudaria algumas atitudes, comunicando, igualmente, que estava ‘fechado’ com o seu partido, o PV. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Luís Roberto Tavares, que, inicialmente, agradeceu a aprovação de sua Moção de Congratulações para com o grupo de dança Força G, integrado por alunos da EE Valério Strang e membros do CECOM, especialmente, congratulando-se com a dançarina Isabela Lima. Prosseguiu, falou de seu empenho por melhorias, para a zona leste, relatando que, bem antes de Carlos Nelson Bueno projetar o NIAS, o local já sofria com problemas, tais como, queimadas, diversos bichos e a questão de uma nascente d’água, existente naquela área. Denunciou que há muito tempo a nascente não estava sendo adequadamente preservada; que eram atizadas queimadas e o lixo era jogado no local; que o NIAS se localizava em frente à sua casa; que o NIAS tinha perdido a sua parte ambiental, que ficara desprotegida, que, em razão disso, o Vereador havia feito pesquisa, na tentativa de encontrar soluções, e que, assim sendo, havia encontrado o FID – Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos, mantido por ações civis públicas, cujos recursos eram destinados ao ressarcimento dos danos causados ao meio ambiente. Informou que tinha procurado a administração, mostrado a ideia do FID e que, a Prefeitura de Mogi Mirim se inscrevera para receber possíveis recursos do fundo, sendo, felizmente, selecionada, numa primeira fase, para um projeto de três milhões de reais. “É uma boa notícia, estou feliz, a luta vem desde setembro de 2013 e o projeto abrange uma academia ao ar livre; trilha ecológica; parque infantil, contendo portaria e uma casa para o caseiro, arena para eventos e aulas, sem custo algum para o município, ainda com a preservação e o reflorestamento da nascente, e mais: poderá ser aplicado também, para desassoreamento do lago do Complexo Lavapés”, explicou o Vereador do SDD,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

concluindo sua participação. A seguir, fez uso da palavra o Vereador Luiz Antonio Guarnieri, reclamando da sujeira na cidade e versando acerca das indicações que apresentou, especificamente, instalação de lixeiras na EMEB Regina Tucci, no Bairro Santa Cruz. Depois, abordou a questão do Planos de Cargos e Carreiras da Prefeitura de Mogi Mirim, relatando que comparecera à apresentação plano, que se dera no Centro Cultural, acreditando ele, que o plano desagradara a grande maioria dos funcionários, porque tinham sido muitas as queixas e reclamações. “No meu ponto de vista, o projeto era para adequar a carreira dos funcionários, com melhorias, para que pudessem ter prazer em trabalhar e se desenvolver, mas percebi um desinteresse e desmotivação do que foi apresentado, logo, sugiro correções e que sejam ouvidos os mais interessados, os funcionários, pessoas que podem contribuir com sugestões interessantes”, frisou. O Vereador anunciou a conquista de mais verbas, para melhorias das condições da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim, através do deputado Zico Prado, PT, cujo valor seria expresso com mais detalhes, numa próxima sessão. Para encerrar, o Vereador comentou a respeito da fala do Vereador Daniel Gasparini dos Santos, em relação ao seu partido, o PV, acreditando de suma importância os questionamentos que o Vereador fizera, porque ele, orador, era contrário à atitude, que estava se tornando rotineira, de colocar a cabeça no fundo da terra e votar tudo com o prefeito, que era bom de marketing, mas péssimo para a prestação de serviços, mesmo os essenciais. “Graças a Deus, meu partido nunca me obrigou a votar deste, ou daquele jeito, mesmo porque sou meio teimoso, e temos que votar de forma justa e correta, para termos comportamento honrado, eu desejo boa sorte ao Vereador Daniel e que ele não fique em cima do muro, porque, da forma como está, não temos alternativa, temos que efetuar críticas construtivas”, sublinhou e concluiu sua participação. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Jorge Setoguchi, que fez menção a última reunião do Conselho de Segurança – CONSEG, solicitando maior



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

participação do público nas reuniões do conselho, comunicando que a próxima estava agendada para o dia 22 de maio de 2014, na Câmara. Para encerrar, versou sobre suas proposituras, especialmente requerimento, solicitando à direção da concessionária Renovias S/A, a redução do limite de velocidade na Rodovia SP-340, entre os quilômetros 158 até 168, exatamente, um local de muitos acidentes, inclusive, com mortes, razão pela qual requeria o encaminhamento da solicitação também à ARTESP, para imposição de um limite de velocidade de 90 km/hora, por tratar-se de um trecho urbano. “Sei que não solucionará o problema, mas minimizará e reduzirá o número de acidentes”, destacou e finalizou. A seguir, fez uso da palavra o Vereador Cinoê Duzo, que criticou a direção da Secretaria Municipal de Cultura, por não realizar qualquer evento alusivo ao Dia do Trabalhador. Questionou para que teriam sido criadas as secretarias, se para nada, se para a inércia, e colocou que os trabalhadores mereciam respeito e reconhecimento. Prosseguindo, teceu críticas à administração municipal e às placas de propaganda, espalhadas pela cidade, que anunciavam obras e conquistas do governo municipal, as quais o Vereador classificava como ‘propaganda enganosa’, elencando-as, por partes, a saber: parte I, Parque das Laranjeiras; parte II, mil casas populares; e parte III, doze mil consultas médicas, por mês. Perguntou onde estavam as melhorias no Parque das Laranjeiras; onde estavam as mil casas populares, como se poderia ter tal número de consultas/mês, se não existiam médicos nos postinhos da cidade, criticou o Secretário de Saúde e Vice-Prefeito, Gerson Rossi Junior, e inquiriu quando a realidade distorcida se tornaria real. Disse que o Prefeito tinha ‘cara de pau’ e era cruel, por fazer uso de tais expedientes, ou seja, colocar, em praça pública, uma placa informativa, que não condizia com a realidade, numa verdadeira propaganda enganosa. “O Prefeito é cara de pau, cruel, até quando vamos esperar este governo fazer alguma coisa? Não estamos em pré-temporada, estamos em final de campeonato”, acentuou e concluiu seu discurso. Para responder ao discurso do Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Cinoê Duzo, fez uso da palavra o Vereador João Antônio Pires Gonçalves, afirmando que o seu antecessor à tribuna cobrava trabalho, por parte das secretarias municipais, mas tinha votado contrariamente à criação das secretarias e que, quando a administração realizava as festas comemorativas, o Vereador era sempre contra, estranhando, portanto, o fato dele criticar a ausência de festejos, por ocasião do transcurso do Dia do Trabalho, em 1º de maio. “Em todos os anos há festa e todos os anos o Vereador as critica e, com relação às críticas sobre as consultas, informadas nas placas de propaganda do governo municipal, pelo que sei, o PAI zona leste ainda não foi inaugurado, está sendo inaugurado, e, quando estiver em atividade, vai atender doze mil consultas/mês, portanto, eu observo as pessoas que foram eleitas pelo povo, mas trabalham contra o povo, porque aquele que torce para que as coisas não se concretizem, trabalha contra a população, nada há de propaganda enganosa e o Vereador mostra falta de inteligência, quando fala tais absurdos”, completou. Por fim, comentou ter sido procurado por sete pais de alunos, estudantes da Escola Sapequinha, localizada na Avenida Adib Chaib, preocupados que estavam com os carros que trafegavam em alta velocidade pela via, comunicando que indicaria, para a próxima sessão, alguma sugestão para inibir o excesso de velocidade, porque se tratavam de crianças pequenas. Na sequência, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, comunicando a todos que estivera participando de um ciclo de debates na Fundação de Ensino Otávio Bastos, em São João da Boa Vista, promovido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TC/SP, com as presenças de seu Presidente, D. Edgard Camargo Rodrigues, e do Conselheiro do TC Dr. Sidney Beraldo. Relatou que o TC/SP iniciava a implantação, nos municípios paulistas, de uma auditoria de resultados, objetivando as próximas décadas, começando com mudanças na área educacional e auditando a qualidade de gestão na educação, através do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, e que, se as coisas estavam difíceis para os gestores públicos, elas ficariam



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ainda piores. Falou que a vida dos gestores, tais como, o presidente da câmara e o prefeito municipal, sofreria impacto violento, já que a situação mudaria e o TC/SP começaria a fiscalizar cada município e a qualidade do seu dinheiro, auditado o enorme volume de dinheiro que os municípios possuíam, lembrando, igualmente, que os fiscalizadores seriam os vereadores. Colocou que o prefeito que não tivesse boa assessoria, uma estrutura de primeira linha, padeceria com a nova estrutura do TC/SP e que, nesta gestão, os secretários municipais eram irresponsáveis, citando, como exemplo, a leviana menção do nome do Vereador Luis Roberto Tavares, que já tomara medidas judiciais, como envolvido na Máfia do ISS. “Espero que tenham preocupação, para colocar secretários muito mais ajuizados dos que os atuais, e a senhora Elizanita Moraes, Secretária de Administração e Finanças, estava lá, no ciclo de debates, e afundou na cadeira, porque sabe que a situação vai ficar bem difícil aos gestores irresponsáveis, uma vez que o TC desejará saber dos resultados, aquilo que chega ao cidadão, e a escola não será mais um depósito de alunos, mas terá importante conteúdo na aprendizagem, e a Câmara, a agente fiscalizadora, deverá implantar o cargo de controladoria, um cargo necessário e importante, porque a responsabilidade do Presidente da Câmara será muito maior do que se imagina”, expôs e findou sua explanação. Como a próxima oradora inscrita, Vereadora Daniela Dalben Mota, desistisse da palavra, fez uso da mesma, ato contínuo, o Vereador Waldemar Marcurio Filho. Este, inicialmente, falou sobre questões da segurança, abordando a falta de efetivo, tanto para a Polícia Militar, quanto para a Polícia Civil, também relatando assalto corrido no Distrito de Martim Francisco, dizendo que já apresentara requerimento sobre tais assuntos, rogando pela instalação de uma base no distrito, com viaturas circulando até às Chácaras São Francisco. Depois, justificou seu voto contrário ao requerimento de licença da Vereadora Luzia C. C. Nogueira, dizendo que não achava justa a alteração e que votara contrariamente, porque a intenção da propositura tinha cunho



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

político-partidário. “Meu voto foi contrário em razão do cunho político, porque se ele não existisse, eu teria votado favoravelmente, e também questiono se os eleitores, que votaram na vereadora, ficariam contentes com a mudança, logo, não acho justo, foi este o meu critério e nada tenho contra a vereadora, nem o seu partido, apenas discordo do motivo, pois eu não abriria mão da minha cadeira para colocar um suplente, para lhe dar visibilidade, e nós temos que respeitar o munícipe, aquele que nos elegeu”, aclarou. O Vereador também comentou as palavras do Vereador Cinoê Duzo, em relação à ausência de festa no Dia do Trabalhador, classificando sua fala como ‘palavras ruins’ e propondo ao Edil cessar as críticas e buscar soluções. Abordou ainda o discurso do Vereador Luiz Guarnieri, a respeito da Santa Casa e das verbas correlatas, lembrando a realização de audiência pública, agendada para o dia 30 de abril próximo, com lugar na Câmara Municipal, para tratativas de assuntos relativos ao hospital e à má gestão da entidade, que, na visão do vereador petista, possuía muitos recursos financeiros. Sobre este assunto, reclamou da postura dos profissionais médicos e enfermeiras, que eram funcionários públicos, lembrando a obrigação do funcionário público, que jamais poderia tratar o munícipe com descaso. Por fim, discursou sobre o Plano de Cargos e Carreiras da Prefeitura Municipal, dizendo sobre os biênios, quinquênios e sextas-partes, e que, estava na legalidade pagá-los, ou não, apenas salientando que esperava o benefício fosse recíproco, por parte dos funcionários. “Só queria que fosse recíproco, e os funcionários, principalmente os da área da saúde, proporcionassem um bom atendimento aos usuários, principalmente, aos que se dirigem à Santa Casa”, colocou, encerrando. Na sequência, solicitou a palavra o Vereador Laércio Rocha Pires, que se dirigiu ao Vereador Cinoê Duzo, para lhe responder e defender o Secretário de Saúde, Vice-Prefeito e atual Secretário de Governo, Gerson Rossi Júnior, também Presidente Municipal do PPS. “Vereador Cinoê, ao falar do vice-prefeito e Secretário de Saúde, quero lhe lembrar que nós não fazemos de conta que



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

trazemos verbas, porque nós, de fato, trazemos, tais como, por exemplo, seiscentos mil reais, para investimentos na saúde, através do Deputado Roberto Freire, Presidente Nacional do PPS; cinquenta mil reais e mais vantagens, oriundos do Deputado Estadual David Zaia, e outras verbas do Deputado Federal Arnaldo Jardim”, elencou e disse que o Vereador Cinoê falava bonito, mas não trazia verba alguma para a cidade. “Não vi dinheiro de seus deputados na cidade, mas o bacana vai desfilar em Brasília e, verba que é bom, nada e eu pergunto se o dinheiro do povo serve pra passear?”, questionou o Vereador Laércio Pires. Pediu que, ao invés de críticas, o Vereador mostrasse soluções e benefícios para a cidade e salientou que era muito fácil ‘meter o pau’, mas disse que o Vereador Cinoê não tivera responsabilidade sequer, para ser presidente de comissão na Câmara! Salientou que as coisas, que estavam representadas nas placas de propaganda, estavam acontecendo e que, as inaugurações seriam feitas em breve tempo, que não havia mentira em nada do exposto, que os Vereadores, independentemente da posição partidária, tinham que ‘jogar limpo’, falar verdades na tribuna, não enganar o povo, mas agir. “Falar que as coisas não estão acontecendo é mentira, é o cúmulo do absurdo, é uma cara de pau; o senhor não tem brio na cara e procura difamar os outros na tribuna, mas para isso, tem que ter moral e mostrar serviço!”, sublinhou o Vereador e finalizou sua fala. Ato contínuo, o Senhor Presidente da Câmara, Vereador Benedito José do Couto solicitou ao 1º Vice-Presidente, Vereador João Antonio Pires Gonçalves, que ocupasse a direção dos trabalhos. O Senhor 1º Vice-Presidente ocupou a direção da Mesa e facultou o uso da palavra ao Vereador Benedito José do Couto, que destacou o trabalho que realizava junto ao Deputado Chico Sardelli, PV, trabalho este, que havia revertido em verbas para restauro da Praça Chico Mendes, na zona leste, inclusive, com instalação da academia ao ar livre, comunicando que o início das obras, na praça, estava previsto para maio, segundo informações recebidas do Secretário de Obras, Wilson Rogério da Silva. O Vereador comentou



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

também, o discurso da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, a respeito das inovações pretendias pelo Tribunal de Contas do Estado, destacando que a Câmara de Mogi Mirim já estava trabalhando na questão do controlador interno, com os procedimentos para concurso público quase prontos, uma exigência do TC, e que ele, o presidente, estava empenhado em trabalhar, com total transparência, e propiciar mecanismo, que conduzissem o vereador a trabalhar de forma decente. Lembrou que a Câmara, agora, possuía o cargo inédito, em sua história, de procurador jurídico e informou que, na próxima semana, Dr. Fernando Márcio das Dores, o segundo colocado no concurso, tomaria posse no cargo, haja vista a desistência do primeiro colocado. “Com mecanismos de trabalho corretos, as coisas funcionam e caminham corretamente e a notícia do TC é algo que nos contenta, porque estou vereador, hoje, mas amanhã, não sabemos e temos que pensar no melhor para a nossa cidade e creio que a nova postura do TC/SP vá trazer melhoria”, frisou. Por fim, a respeito das câmeras e do monitoramento, que não estariam efetuando a gravação de imagens, o Vereador disse ter cobrado atitudes por parte do Prefeito, que lhe informara a instalação de mais cem câmeras e lhe garantira que as já instaladas estavam gravando. “Vou deixar para a Vereadora Maria Helena S. de Barros conferir se tal informação é verídica, ou não”, sublinhou o Vereador. Não havendo mais oradores inscritos, o Sr. Presidente suspendeu a Sessão às 20 horas, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual constatou-se a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM TURNO ÚNICO: “ex-vi” do disposto no Artigo 171 do Regimento Interno:** 1. Projeto de Decreto Legislativo nº 02, de 2014, de autoria do Vereador Dr. Ary Augusto Reis de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Macedo, “concedendo o Título de Cidadão Mogimiriano ao Senhor Doutor JOSÉ CLAUDIO MEIRELES DE BARROS”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação; (posto a votos em Sessão de hoje, Turno Único, a Casa aprovou, por unanimidade, o Projeto de Decreto Legislativo nº 02/2014, do Vereador Dr. Ary A. R. de Macedo); (à sanção do Senhor Prefeito Municipal); **PRIMEIRO TURNO**: “**ex-vi**” **do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno**: 2. PARECER DESFAVORÁVEL da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Lei nº 22, de autoria do Vereador Daniel Gasparini dos Santos, “alterando dispositivo da Lei Municipal nº 4.704, de 2009, que instituiu, no âmbito do Município de Mogi Mirim, o Programa de subsídio ao transporte de estudantes do ensino médio/técnico profissionalizante, graduação e pós-graduação e dando outras providências”. Aprovado o Parecer, a matéria será arquivada; se rejeitado, o plenário deliberará sobre o Projeto de Lei. Para discutir a matéria, fez uso da palavra o Vereador Daniel Gasparini dos Santos, que clamou pela derrubada do parecer desfavorável, em favor dos estudantes, explicando que o seu projeto estabelecida um estudo caso a caso, de cada requerente ao benefício, benefício este, que atualmente, era impossível ao estudante se adequar; (submetido a votos em Sessão de hoje, Turno Único, a Casa aprovou, por onze (11) votos favoráveis a cinco (05) votos contrários, o parecer desfavorável da CJR, ao Projeto de Lei nº 22, do Vereador Daniel Gasparini dos Santos); (arquite-se o processado). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Como o primeiro inscrito, Vereador Leonardo David Zaniboni, desistisse da palavra, fez uso da mesma, ato contínuo, o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, que comentou os discursos da noite. A respeito da fala do Vereador Cinoê Duzo, em relação às placas de propagandas do Prefeito, que, segundo ele, eram enganosas, o Vereador do PSDB disse concordar, em partes,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

com as críticas proferidas e frisou que, já há um ano e quatro meses, o Prefeito permanecia apenas na propaganda, não realizando nada do que se propusera a fazer. “Pode ser, que até o final do seu mandato, o Prefeito realize aquilo que está disposto nas placas, mas lembro de que é fácil também colocar, em placas, aquilo que ainda não está pronto, como o PAI, por exemplo, portanto, eu penso que, primeiro, o Prefeito deva realizar, para somente depois, fixar a propaganda, mas não é assim e, então, vemos muitas propagandas, espalhadas pela cidade, daquilo que ele ainda não fez, mas vai fazer”, aclarou. Com relação ao discurso do Vereador Laércio Pires, o Vereador Osvaldo Quaglio disse que o Vice-Prefeito e gestor da saúde, Gerson Rossi, era seu amigo, mas que, apesar disso, o gestor tivera bastante tempo para se inteirar dos problemas de sua pasta e ainda, que o secretariado era uma função muito difícil de exercer. “Está na hora do Gerson parar e ver o que quer – que secretaria quer administrar – só isso, porque administrar uma secretaria já é difícil e eu pergunto: vai abraçar tudo?”, inquiriu, afirmando que a situação ficaria cada vez pior, porque Gérson Rossi, além da função de vice-prefeito, abraçava duas outras secretarias municipais, de Governo e da Saúde, as quais, na opinião do Edil do PSDB, eram duas “buchas de canhão”. “E não é só o PPS que está trazendo verbas para a cidade não, Vereador Laércio, porque o PSDB trouxe muita verba, o SDD também, bem como o PT, o PSB e o PV, mas o que acontece, é que, às vezes, as verbas não são aplicadas nas áreas, onde a cidade necessita, pois se tratam de verbas direcionadas, mas eu acredito que todos os Edis estejam buscando verbas para Mogi Mirim, com empenho”, salientou e finalizou. O próximo inscrito, Vereador Daniel Gasparini dos Santos, desistiu da palavra. Na sequência, solicitou a palavra, como Líder, artigo 98 do RI, o Vereador Manoel E. P. C. Palomino, passando a mesma ao seu liderado, Vereador Laércio Rocha Pires, que mais uma vez defendeu o Secretário de Saúde, Vice-Prefeito e atual Secretário de Governo, Gerson Rossi Júnior, também Presidente do PPS. Falou que, em quatro meses, ou menos,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

não era possível ao Secretário Gérson fazer milagres; que não havia citado partidos, mas sim o nome do Vereador Cinoê Duzo, que sempre dizia estar em busca de verbas, mas do qual não se vira chegar sequer um centavo para Mogi Mirim; que tinha consciência de que os demais trabalhavam e esses sim, traziam verbas para a cidade; que os três deputados do PPS haviam conseguido verbas para Mogi Mirim; que não admitiria, em instância alguma, que um vereador, que já tinha sido membro do PPS, sabedor que era da honestidade de Gérson Rossi Júnior e de sua transparência, denegrisse a imagem do rapaz, porque não estava presente, para se defender; que o Secretário de Saúde Gérson Rossi estaria presente na audiência do dia 30, convocada pelo Vereador Waldemar Marcurio, e mais uma vez ratificou que o Vereador Cinoê, nos seus discursos, em tribuna, deveria se ater à verdade e não proferir mentiras, e elencou, novamente, todas as conquistas do PPS para Mogi Mirim, especificando, desta vez, a aquisição de onze desfibriladores para as UBSs do Município. Para responder, ocupou lugar na tribuna o Vereador Cinoê Duzo. Este ponderou que o uso da palavra, como Líder, somente deveria ser facultado pela presidência da Câmara, em caso de ofensa pessoal, ou partidária, registrando e citando o Artigo 98, do Regimento Interno. Depois, sublinhou duas citações de Abraham Lincoln, a primeira, que dizia: “o caráter é como uma árvore e a sua reputação, como uma sombra; a sombra é o que somos e pensamos e a árvore é a coisa real”; e, a segunda, que dizia: “é melhor calar-se e deixar que as pessoas pensem que você é um idiota, do que falar e acabar com a dúvida”. “Agradeço a Deus e à minha mãe, pela educação que me deu, pois ela sempre me ensinou que, nas adversidades e situações críticas, é bom respirar, pensar, respirar novamente, repensar, sorrir e tratar com amor as pessoas”, pronunciou o Vereador, em derradeiro. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Luís Roberto Tavares, que trouxe à baila a assinatura de um convênio, no dia 6 de setembro de 2013, no Palácio Bandeirantes, presentes o Vereador Jorge Setoguchi e ele, orador, ocasião em que



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

tinham auxiliado o então Presidente da APAE, Vicente Del Bianchi, na escolha e contemplação de um microônibus adaptado, para a entidade, veículo que chegaria à cidade, em breve, através do Governo do Estado de São Paulo. O Vereador lembrou ainda, de verbas no valor de quinhentos mil reais, que conseguira junto ao Deputado Federal Carlos Sampaio, PSDB/SP, as quais tinham sido empregadas na edificação do Posto de Saúde do Parque do Estado II, prestes a ser inaugurado, bem como mais duzentos mil reais, conseguidos, no passado, junto ao Deputado Silvio Torres, conquista dos Edis Maria Helena, Osvaldo, João Luís e ele, quando ainda integrante do PSDB de Mogi Mirim. Depois, o Vereador comentou suas indicações, principalmente, o sugerido para a Avenida Expedito Quartieri, a saber, a demarcação de faixa de pedestres, em frente à Igreja Pentecostal Cristo Salva, a instalação de redutor de velocidade, tipo lombada, nas proximidades da mesma igreja e implantação de dispositivo, para escoamento de águas pluviais no mesmo local. Por fim, versou acerca do Parque das Laranjeiras, das reclamações dos moradores da Rua Alberto Christofolletti, parte baixa, via que recebia grande parte da água pluvial, que escoava da Rodovia Vicinal Élzio Mariotoni, na parte alta do bairro. Falou da revolta dos moradores, da precariedade da situação e de reparos que o SAAE efetuava no local, inclusive, perfurando um cano e piorando o quadro de danos. “Contei vinte e cinco centímetros de barro, compactado perto de um orelhão lá instalado, uma situação de calamidade, e estou tocando neste assunto, porque sabemos que o bairro será asfaltado, em janeiro, mas em alguns locais, como na parte baixa, a solução deve ser imediata, para que a situação relatada não se estenda por mais um ano”, frisou e finalizou seu discurso. Como o próximo orador inscrito, Vereador Luiz Antonio Guarnieri, desistisse da palavra, fez uso da mesma, ato contínuo, o Vereador Jorge Setoguchi, que mencionou o discurso do Vereador Laércio Pires, dizendo que ele, orador, tinha sim, viajado até Brasília, sendo, portanto, citado em Plenário, e lembrou o pedido que



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

fizera de dois tratores, intermediado pelo deputado Guilherme Campos, conquista, porém, que não se concretizara, porque o Município tinha deixado de quitar os precatórios. Por fim, citou verba no valor de duzentos e cinquenta mil reais, já aprovada, para a Secretaria de Cultura e informou que outra verba considerável estava para chegar, em prol da Santa Casa. Como o próximo inscrito, Vereadora Daniela Dalben Mota, desistisse da palavra, fez uso da mesma, ato contínuo, a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. A Vereadora solicitou à Presidência da Câmara permissão para formalizar a constituição de uma comissão especial, para acompanhamento do caso da Máfia do ISSQN, porque estava bastante preocupada com a situação, que poderia se agravar e muito para a administração municipal, mencionando que conversara com os servidores envolvidos, afastados que estavam de suas funções públicas, fazendo também menção do nome do Vereador Luís Roberto Tavares, ventilado pela administração durante uma irresponsável entrevista coletiva à imprensa, lembrando ainda, que o Vereador Luís Roberto Tavares já acionara o seu advogado. “Os funcionários afastados estarão com o Promotor de Justiça, Dr. Rogério Filócomo, na próxima semana, e eu gostaria que uma comissão de Vereadores acompanhasse o desenrolar dos fatos, uma denúncia irresponsável, que envolve, principalmente, famílias”, colocou, enquanto chamou o Prefeito de ‘sem juízo’. A Vereadora também falou sobre saúde, relatando ter em mãos, oriundo do Diretor da Regional de São João Boa Vista, resposta a um pedido do Sr. Dílson Guarnieri, Provedor da Santa Casa, já aprovado, para a concessão de aparelhos, tais como, arco cirúrgico, ultrassonografia, aparelhos de raios-X, digitalizadora e impressora, entre outros, num total de novecentos e dezoito mil reais, um empenho dos deputados Cauê Macris e Wanderlei Macris, PSDB/SP. “O Governo do Estado, através do novo Secretário Estadual de Saúde, Dr. David Uip, vai proporcionar maior eficiência e resolubilidade aos hospitais públicos, especialmente às santa casas, através de um aporte extra SUS, no valor de quinhentos e trinta e



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

cinco milhões de reais, e vai também reclassificar os serviços hospitalares”, afirmou a Edil do PSDB e, para encerrar, disse que assim ocorreria com a Santa Casa de Mogi Mirim, que seria reorganizada pelo governo estadual, recebendo um aporte, em torno de duzentos e cinquenta mil reais/mês, no caso do cumprimento de metas pré-estabelecidas. “Está aí, o problema da Santa Casa de Mogi Mirim, porque ela não cumpre metas, mas nós vamos ajudá-la”, acentuou e concluiu seu discurso. A seguir, fez uso da palavra a Vereadora Luzia C. C. Nogueira, para completar sua fala anterior, a respeito de suas tentativas de ajudar a área da saúde, em Mogi Mirim, afirmando que entrara em contato com o Hospital Tabajara Ramos, de Mogi Guaçu, e que a direção daquele hospital tinha interesse no convênio com Mogi Mirim, para exames de endoscopia e outros. Por outro lado, disse ter estranhado resposta recebida da Secretaria da Saúde, quanto à necessidade de comunicação entre a administração e os candidatos médicos, para questionamento de suas reivindicações, ou o que desejavam conquistar, em termos de valorização profissional, para assumirem função no Município. “O Secretário de Saúde coloca que não pode ter propostas à parte, beneficiando apenas uma única categoria, e que os profissionais médicos seriam beneficiados através de grupo ocupacional, com progressões verticais”, destacou e disse que, desta forma, a administração acabaria com o SUS. A Edil comentou também sobre o Plano de Cargos e Carreiras, elaborado pela FGV, destacando que a maior parte versava sobre as áreas da educação e segurança, onde havia sido concedida uma pequena melhoria, que ela acreditava devesse ser maior, e pediu atenção, para que também fosse atendida a área da saúde, revelando grande preocupação com uma privatização do setor. Por fim, disse que pediria adiamento para os Projetos n°s 33 e 34/2014, relativos à Santa Casa, constantes da pauta da próxima sessão da noite, porque tinha preocupações em relação à cessão de funcionários e equipamentos, bem como terceirizações. A seguir, fez uso da palavra o Vereador Waldemar Marcurio Filho, que também



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

falou acerca da saúde, comentando que vários munícipes mogimirianos preferiam ser atendidos na Santa Casa de Mogi Guaçu, cujo atendimento era bem superior ao de Mogi Mirim, e, mais uma vez, convidou todos para audiência pública, para trato de assuntos relativos à Santa Casa, agendada para dia 30 de abril. O Vereador falou do déficit do hospital, mas também da grande quantidade de dinheiro que a entidade recebia, cerca de dois milhões de reais, e do salário dos médicos plantonistas, que recebiam mil e duzentos reais, ou trezentos reais, se à distância, ou telefone. Para finalizar sua participação, disse que os médicos eram profissionais, que trabalhavam com vidas, e que não era contrário aos recursos, empregados na entidade, mas reafirmou que o problema era a má administração da Santa Casa, que levava ao mau atendimento. Como não houvesse mais oradores inscritos para falar em “Explicação Pessoal”, o Sr. Presidente determinou fosse guardado um respeitoso MINUTO DE SILÊNCIO pelo passamento da enfermeira senhora *Cássia Raquel da Costa*. Cumprida dita providência e nada mais a tratar, o Sr. Presidente, Vereador Benedito José do Couto, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 21h08, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM